

A Ideologia Curupira na Corrupção do homem Brasileiro.

(The Curupira Ideology in Corruption of the Brazilian man)

Elson Glücksberg

Professor Dr. em Ciência da Educação, coordenador do ensino fundamental na escola Valter Kunze no município de Sinop/MT- Brasil

Páginas 38-57

Fecha recepción: 02-08-2017

Fecha aceptación: 01-09-2017

Resumo.

Neste Artigo propomos dados que referem postura corrupta adotada pelo homem brasileiro, com apelo à banalização de valores perenes. A antinomia está na "Ideologia Curupira do brasileiro com apelo ao patrimonialismo, herdado da Corte Portuguesa" com seu perfil mascateiro e extrativista, de cuja prática política se avizinha a anarquia social com flagelos de toda ordem. O problema evidencia em antigos historiadores sobre 'cultura e corrupção no Brasil', dando a etimologia do 'homem brasileiro' com modelos ideológico visto no falastrismo politiquero, na subversão social, no jeitinho, na vantagem em tudo, na impunidade jurídica. Neste cenário a vida do brasileiro deflagra a pouca ética; restando-lhe o espaço da dialética material e histórica. Nessa antinomia ética/dialética se encaixa o improvisado, o apadrinhamento, a falácia e a mazela societal. O alcance de dados de campo se deu através de perguntas dirigidas, junto à educadores públicos da região norte do Estado do Mato Grosso.

Palavras-chave: patrimonialismo; permissividade; postura; precária; corrupção

Abstract.

In this article, we propose data that refer to the corrupt posture adopted by the Brazilian man, with an appeal for the trivialization of perennial values. The antinomy is in the "Curupira Ideology of the Brazilian with an appeal to Patrimonialism, inherited from the Portuguese Court" with its mascateiro and extractivist profile, whose political practice is close to social anarchy with flagella of all kinds. and corruption in Brazil ', giving the etymology of the 'Brazilian man 'with ideological models seen in political phrasaistrism, social subversion, little way, advantage in everything, in legal impunity. In this ethical/dialectic antinomy, improvisation, patronage, fallacy and societal maleness fit in. The scope of field data was given through questions addressed to public educators in the northern region of Brazil. State of Mato Grosso.

Keywords: patrimonialism; permissiveness; posture; precarious corruption

1.-Introdução.

Basta acessar a mídia eletrônica, especificamente nos diários quando nos defrontamos com expressiva quantidade de notícias dando referências à problemas de ordem moral, na esfera relacional dos brasileiros. Em sua maioria, notícias que envolvem políticos de qualquer nível social, que se valem de recursos públicos para a causa própria. A malversação do recurso público, beneficiado pelo cargo político (sua influência) tem sido constante na cultura do brasileiro.

A má gestão e, desvio de verba pública vem desde 1546, quando o primeiro Governador Geral - Tomé de Souza - desembarcou na terra brasileira, barganhando favores com a frota de navios, encarregados de trazer sua marombagem e guarnição. Naquele ano, os navios não poderiam zarpar de volta para a Europa, sem deixar a comissão para o primeiro anfitrião trazido para as terras ultramarinas. Para a *Cia de Navegação das Índias* isso custou a propina de 01 caravela, que passou a ser usada para fins particulares, por Tomé de Souza, dentro da Bahia de Todos os Santos. O preço da caravela, dada em propina foi incluída no preço das contratações seguintes que a Corte portuguesa facilitou para a *Cia da Índias*.

A Justificativa se dá a partir de dados que demarcam este primeiro estereótipo social, que acompanhou os primeiros ocupantes oficiais das terras brasileiras ultramarinas, está a falta de ética, a subversão de valores perenes, o descompromisso para com o conhecimento e formação humana, a licenciosidade, para com o sagrado, o jeitinho padrinhesco e cartorário, a vantagem em tudo, o descompromisso para com o coletivo e, o individualismo primitivo. Este tem sido o grande retrato da postura do Homem Brasileiro desde aqueles tempos de colonização e, vem se legitimando até nosso dias.

Desta forma, o uso indevido da máquina administrativa, com o apadrinhamento na acomodação da concorrência em licitações na hora da construção de obras públicas e, conseqüente propina comissionada, configuram o grande mal-estar coletivo do brasileiro. Desta forma ecoa um forte clamor moral quando os novos causídicos do Ministério público Federal tem se agigantado para amenizar a causas, na espera do efeito. Porém, a sucessão de escândalos envolvendo propinas em obras públicas tem deflagrado uma sensação de impotência da sociedade; quando os caminhos legais (da acomodação padrinhesca) retiram do judiciário e da Polícia Federal sua eficácia policial ao não conseguir prender o próprio Presidente Michel Temer (2017/18) que, comprovadamente faz parte da velha corolagem da propina política e, se ver livre pela permissividade no trâmite do executivo que poderia lhe coibir o cargo de presidente.

Essa sensação de mal-estar coletivo frente à corrupção, cria a concepções de senso comum como sendo a corrupção algo natural do brasileiro. Um dos traços característicos do senso comum no Brasil é que, o perfil do homem brasileiro tem um caráter duvidoso e que, mesmo na área pública, não se nega a levar algum tipo de vantagem relacional e ordinária e honorária. Por isso, vários indicadores

internacionais apontam o Brasil como um país onde a desconfiança e corrupção imperam.

Para além do senso comum, esse tipo de leitura da realidade social brasileira converge para sofríveis interpretações de país do 'vale tudo', confirmado no mundo acadêmico e sua permissividade que também incorpora esse tipo de visão, vendo o brasileiro como um cidadão voltado para seus desejos agonísticos, que se expressam em formas sociais, tais como o jeitinho e a malandragem. Ou conforme aponta Filgueiras, (2006, P. 18) "O problema dessa abordagem econômica é que ela tende a naturalizar a corrupção na órbita dos interesses materiais, sem perceber que ela está relacionada a processos sociais e, por conseguinte, simbólicos [...]".

De forma comum e social, os brasileiros mais esclarecidos e críticos costumam culpar a herança histórica originária nesse contexto ibérico (*ander cit.*) que fora tão desastrosa na composição social ao ponto de mostrar-se distante da racionalidade proposta pelo Ocidente ou dos moravianos que professam valores e princípios do mundo protestante, com sua ética voltada para princípios perenes, absolutos, com elevado valor dado ao trabalho.

Porém, o que ocorreu, desde os primeiros momentos de colonização (ocupação do Brasil) parece confirmar aquilo que a maior dos brasileiros atestam em sua visão do senso comum. A vertente que veio para o Brasil em 1530 é chamada de "Patrimonialista" que via o novo mundo, não um espaço a ser ocupado por famílias ou incentivado pela Corte, com apoio logístico e de tomada do espaço, de forma organizada em assentamento. O que ocorreu após a chegada dos primeiros portugueses foi bem mais catastrófico, quando em meio aos muitos corsários holandeses, ingleses, espanhóis e até wiking, a Corte não teve alternativas - ou ocuparia com qualquer aventureiro que quisessem trazer a bandeira de Portugal - ou perderia o novo espaço brasileiro descoberto em 1500.

Tudo acabaria - mesmo alterado o modo de concessão do comércio - em grossa corrupção, com o proveito do luxo, que uma geração malbaratara, legando à estirpe a miséria e o fumo fidalgo, avesso ao trabalho. A corte, povoada de senhores e embaixadores, torna-se o sítio preferido dos comerciantes, todos, porém, acotovelados com a chusma dos pretendentes-pretendentes de mercês econômicas, de cargos, capitania e postos militares. (...) A expressão completa desta comédia se revela numa arte, cultivada às escondidas: a arte de furtar. (Faoro, 2000, p. 99-100).

Esta foi a dura realidade enfrentada pela Corte portuguesa quando, de última hora, apelou à Mascates, Marujos com perfil de piratas, comerciantes de especiarias; todos legitimados e, até perdoados pela Corte para embarcar em 1529/30 para a terra 'Brasilis', em espaço ultramarino.

Verificamos então que, o sentido 'patrimonialista' está justamente no perfil da ocupação brasileira, pelos portugueses que chegaram. A Corte tratava de financiar caravelas, com preferência para a *Companhias de Navegação das Índias* que até

então buscava nas Índias as especiarias. Também para navegadores piratas, pouco interessados em família ou patriotismo. Colaboravam pequenos banqueiros, mascates de produtos importados, pseudo-piratas e, até mesmo marujos aventureiros que já não poderiam permanecer no espaço europeu. Para estes todos, o que interessava, tão somente, era o "Patrimônio" que poderiam conquistar em novas terras e novas aventuras. Assim, o patrimonialismo português veio fundamentar toda e qualquer perspectiva colonialista e, esse mal mercantil de 'extrativismo, de usura e desterro', vem cristalizar-se na cultura do brasileiro de hoje.

Portanto, na justificativa deste artigo legitima-se a proposta de destacar a Ideologia Curupira que fundamenta a Corrupção do homem brasileiro, quando evidencia a antinomia entre normas morais fundamentadas na Ética perene e as práticas sociais com elevado índice de corrupção quando as normas formais, trazidas pelo velho 'patrimonialismo que não se dava ao respeito de valores vistos no protestantismo ariano e moraviano. No modelo, português a tolerância legitimava qualquer *"pacta sun servanda"* (termo romano tem seu forte argumento no judiciário brasileiro em dias de hoje, para justificar qualquer dolo ou força paulina para alcançar benefícios, favores e, ou méritos em causas jurídicas e, isso é fruto do velho patrimonialismo português), onde tudo valia na subversão e propina relacionais, negociatas comerciais e mercantis, além das indulgências recolhidas por padres, fiscais públicos e soldados da Corte.

Em meio à este cenário de aprioris, destacamos a singular "Ideologia Curupira" (entendida a partir do aspecto mitológico atribuído à um "Avatar Amazônico", ou "Ser Amazônico de pequena estatura, propondo defender a selva contra intrusos; com aspecto de macaco com orelhas pontiagudas e grandes 'para escutar bem' e, que possui os pés voltados para trás, para despistar qualquer intruso ao andar pelas praias arenosas da Amazônia, dando a impressão de estar andando em sentido contrário), que passou a fazer parte do "Fenótipo social" do homem brasileiro, quando a "Corrupção passou a incorporar-se como proposta cultural, para justificar e acomodar evidências ou pessoas que eventualmente se empenhassem ao desvio de verba pública, com propinagem de toda ordem e sorte.

2.-Fundamento teórico.

Título: a "Ideologia Curupira da corrupção do homem brasileiro", contextualiza-se aos dias de hoje onde "a corrupção ainda é tolerada e os cidadãos ficam na espera para ver qual será o próximo escândalo de desvio de verbas públicas, sem que haja eficácia e efetividade penal para coibir esse mal social".

Em síntese, esta é a grande problemática pela qual se evidenciam os motivos filogenéticos pelos quais o Brasil figura entre os povos com maior índice de corrupção, com péssima reputação e classificação em termos de educação, com o maior índice global em mortes precoces, com maior índice de suicídios, com péssima distribuição de rendas, etc.

Se retomada a etimologia de toda essa problemática, temos que admitir que sua origem remonta aos portugueses e, quem deu à cultura portuguesa da usura esse conceito pejorativo foi o pensador alemão Max Weber (1864-1920) com sua concepção de ética protestante, moraviana. Enfim, não fosse este o parâmetro para a corrupção dentro da política brasileira, talvez nem fosse importante colocar em discussão este tema aqui destacado, quando a cultura brasileira que se encontra no perfil padrinhesco, do jeitinho e, da malversação do dinheiro público, estaria apenas cumprindo com sua rotina, dentro de um sentido moral convencionado, e aceitável como verdadeiro e ético, mesmo demonstrando na prática como de fato uma "República da bandalheira".

Mas ao considerar Weber, temos que admitir que, 'o patrimonialismo, enquanto vício português dos brasileiros, é consequência de um Estado que se faz presente em larga medida junto à sociedade exigindo-lhe altos impostos em troca da suposta atenção igualitária aos cidadãos'. Ou traduzido em Comunismo pasquim, quando Faoro (2000) afirma que, "[...] o Estado coordena e comanda a economia e a exploração do mundo produtivo e mercantil. Tal vício de origem é nossa herança do mundo ibérico". Em Hollanda fica mais claro, quando:

Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão pública apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. [...] Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (Hollanda, 1995, p. 145-146).

Neste estamento da classe pública (do cidadão público) fica notório e robusto no Brasil, onde em sua maioria, cada brasileiro quer ser funcionário público e, quer, o quanto antes, valer-se do benefício da previdência pública, sem dar crédito à previdência privada e, por via de regras, sem perguntar quem vai pagar sua generosa aposentadoria, lá na frente.

Considere-se ainda que, a herança do Patrimonialismo destacado por Weber, fica notório e plausível no Brasil, quando o Estado brasileiro passa a ser, além de controlador de tudo, uma espécie de opressor sobre o cidadão quando este mal se enquadra nos altos tributos e nas leis que o cabrestam. O cabresto imposto pelo atual Estado brasileiro, faz com que o trabalhador devolva aos cofres públicos, o equivalente à 6,8 meses de seu trabalho assalariado, em forma de imposto direto e indireto, restando-lhe à sua disposição, apenas 5,2 meses de seu trabalho para seu investimento e auxílio à sua família. Este grande estamento tributário e estatal ou (Comunismo curupira) cria no Estado brasileiro a classe dos que se sentem proprietários do Estado, quando buscam propor leis e decretos que legitimam o serviço público como o melhor emprego do mundo, ou ainda vergam para Sindicatos, Caixas de previdência, de ONGs (governamentais) que arrecadam elevadas cifras,

configurando, portanto, a vida padrinhesca (o custo Brasil), com excessivo valor dado ao recurso público, em detrimento do investimento privado.

A consequência nefasta dessa postura Patrimonialista está no Clientelismo que se ajunta ao redor do Estado brasileiro, quando este se empenha por cuidar de 35 Instituições financeiras - as maiores no Brasil, para emprestar dinheiro - em troca de indicativos da verba destinada à patronagem que envolve, desde a Maçonaria, até os empresários multinacionais, com postura patriarcal quando estes pouco se importam com o dia-a-dia do brasileiro, ao empreender um 'status', de colaborador curupira às custas do nepotismo à verba pública. Assim evidenciando slogans, "*afinal, tudo é dinheiro que entra em circulação*" - dizem os aveiros do patrimonialismo, tentando justificar-se ao afirmar que, o dinheiro de bancos públicos brasileiros é "*dinheiro de todos, logo é dinheiro de ninguém!*".

Para Vianna (1999, p. 38), "O Estado, dessa forma, assumiu, acima da sociedade, o papel de sujeito republicano, capaz de criar uma ordem pública e um projeto de democracia que passasse pela transformação da sociedade".

Nesse cenário do homem brasileiro, podemos admitir as considerações de Faoro, (op. cit.), quando destaca que: "[...] a corrupção é fruto da herança deixada pelos colonizadores portugueses, que confere ao Brasil um forte caráter de sociedade tradicional, onde a corrupção é prática corriqueira em função da ausência de capitalismo, em particular do livre mercado". Daí podemos concluir que esta postura mental e tradicional vem legitimar o Fenótipo corrupto do homem brasileiro.

Ainda aqui, para o sociólogo Sergio Buarque de Hollanda, o problema do Patrimonialismo não se limita apenas às condições de apego à malversação do erário público, quando isso passa a ser um problema societal. Logo, nada mais do que um fenômeno social que vem significar que a atitude de "considerar o dinheiro público como recurso de ninguém", de fato se origina na velha cultura portuguesa que veio colonizar o Brasil. Cultura completamente vazia de valores aristocráticos ou do estoicismo tomista-cristão - conforme destaca Max Weber.

A progressiva e lenta formação da cultura brasileira, sem as "mínimas morálias" ou regras para que a família, o Estado e a sociedade pudessem inicial seus pilares mais primorosos, incorporou o Estado (colonial) brasileiro, formado por aventureiros, degredados, prostitutas e, aventureiros de toda sorte. Nos apontamentos de Hollanda, verificamos que evidencia no brasileiro: "[...] certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade". (Hollanda, 1995, p.137).

Se considerados os dados alcançados em pesquisas, podemos afirmar que, o retrato traz dados sofríveis, quando no Brasil do século XX até que se tentou equilibrar a corrupção, com ações de combate à malversação do dinheiro público (proposto na ação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal), porém, a antinomia da

verdade e da corrupção esbarrou na falta de robustas leis, capacidade e honestidade de parlamentares, falta de concepção de valores jesuítos (apear de expulsos em 1749). Distante dessa fragilidade, também a concepção do protestantismo-cristão de Max Weber não conseguiu impingir sobre o homem brasileiro a concepção da Ética perene, com valores de ordem metafísica e sobrenatural.

Podemos afirmar então que, o traço de caráter corrupto do brasileiro, especialmente na política, vem resumir-se no fenótipo antropológico de subversão moral como cultura ética brasileira. Para o pesquisador Bonfim (2002, p. 692) "[...] o parasitismo social brasileiro se evidencia a partir de uma homologia com um organismo biológico doente". *Nos grandes, a corrupção faustosa da vida da corte, onde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos* (Bonfim, 2002, p. 694).

Filgueiras, (2009, p. 16), conclui que: Como não fomos protagonistas da modernidade, criou-se no Brasil um senso permanente de irresponsabilidade e indolência, que definem os traços de uma cultura dos sentimentos, de uma cordialidade intrínseca, incapaz de incorporar o mundo impessoal e de regras formais.

Hoje o Brasil vive ambientes relacionais caóticos, como é o caso dos morros (favelas) da cidade do Rio de Janeiro, com problemas beligerantes (similar aos países em guerra), pela falta de leis claras e eficazes, onde há pouca perspectiva de distribuição de rendas, etc. Para tanto e, em resposta à temática em discussão, convém compreender quais elementos culturais sustentam essa desastrosa "Ideologia Curupira presente na cultura do homem brasileiro?", fato porque convém pesquisar.

2.1.-Breve contexto.

Já vimos que, desde aquela primeiro momento de ocupação portuguesa, as terras brasileiras e ameríndias jamais souberam o que vem significar "Ética Absoluta e perene", proposta pela cultura Greco-hebraico-cristã, (trazida pelos Jesuítas), que vem propor axiomas que fundamentam a 'verdade, honestidade, integridade, transcendentalidade e, respeito às Leis Absolutas', em consonância com as propostas de Max Weber. Isto significa que, apesar da presença da Igreja Católica, com sua filosofia Estoicista/cristã, trazida pelos primeiros padres, à exemplo de Manoel da Nóbrega, culminando com Bartolomé de Las Casas, (1511) jamais houve acolhida e assimilação das propostas daquela Ética estoico/cristã. Prova disso está nas inúmeras denúncias registradas por jesuítas que vieram para o Brasil e, remetidas à Portugal.

No contexto cultural ao fundar-se a primeira vila chamada São Vicente (1534), ocorreu um processo imigratório profundamente degradante e malversado. Desde aquele ano outros pequenos povoados foram surgindo, com o incentivo da Corte portuguesa, enviando pessoas para ocupar as terras ultramarinas, sem grande

currículo. Neste caso e, para melhor entender como se deu a vinda e composição social, com os primeiros portugueses nas inóspitas e perigosas terras brasileiras, convém observar alguns aspectos de ordem social, moral e política:

a)- A colonização e ocupação das terras brasileiras, durante 278 anos (1530 até 1808, com a chegada da Família Real portuguesa) se deu com pessoas eminentemente aventureiras, que não possuíam grande estrutura familiar (em sua maioria bastardos), em sua origem e, portanto, pessoas que careciam de formação escolar (salvo os religiosos católicos), logo, nada tinham a perder no novo continente.

b)- Além daqueles que vinham espontaneamente para garimpar, aventurar e, se esquivar da vida civil regrada, não poucos também foram os que tiveram que deixar a Europa na condição de degredados, despatriados e, até deportado pela justiça, vindos de diferentes países (sem direito à volta).

Estimativas de historiadores apontam para a chegada de degredados em terras brasileiras, durante o período de 1537 à 1650 de aproximadamente 8500 homens, com estigma de 'marginais, meliantes, prostitutas, traidores do Rei ou simples vândalos'. À muitos destes a dura sorte das terras inóspitas lhes propunha o aniquilamento. Outros tiveram a oportunidade de tornarem-se capitães-do-mato para capturar índios para a mão de obra escrava dos primeiros Governadores Mor e, seus Engenhos de cana-de-açúcar. Em sua maioria, os degredados tornavam-se militares para servir nas primeiras tropas de defesa continental e, ou servir ao policiamento ostensivo em vilas.

c)- Em 1551 Tomé de Souza escreveu para a Corte Portuguesa queixando-se da falta de mulheres para atender aos soldados da Corte que aqui laboriosamente serviam ao Rei, quando "[...] estes se viam em riscos ao tomar (estuprar) as índias para suas amazias". No apelo deste Governador a Corte Portuguesa viu a grande oportunidade para limpar a Europa e mandar ao Brasil, (ente 1555, até +- 1580), nada mais nada mesmos do que 23 caravelas carregadas de "Prostitutas" europeias (algumas voluntárias, em sua maioria deportadas por motivos escusos), num total estimado de 1150 mulheres. Dentre as prostitutas vinham as pessoas que se identificavam como transexuais (também perseguidas pela cultura europeia do séc. XVI). Com a chegada dessas Prostitutas europeias, os soldados (ex-degredados) deixavam de valer-se sexualmente das mulheres indígenas e, passaram à condição de concubinato com as prostitutas, compondo as "pseudo-família" na amazia de 'prostituta-degredado'.

No primeiro ano de chegada dessas matriarcas do Brasil, criou-se no porto de São Vicente a 1ª Casa noturna chamada "Luzes da Ribalta do Novo Mundo" (*no Brasil de hoje, não há comunidade que não tenha em seu meio uma casa de mulheres, uma "Luzes da Ribalta" para satisfazer ao fenótipo do homem português-brasileiro. Nas regiões do Norte e Nordeste esse tipo de serviço do 'descarrego libídico' acontece, em sua maioria, em bares de esquina, nos espaços da boemia, onde as garotas contratadas tem seus acordos com a 'cafetina do bar', em forma de compromissos pelo uso do espaço, pago em*

forma de comissão ou cachê, recebido de cada relação sexual. Nestes espaços fica notória a condicional de 'escravidão branca', pelo uso do quarto, pela comida e, pelo apoio ginecológico ou, caso haja necessidade a clínica para eventual aborto, ou ainda, para custos de farmácia em tratamento de doenças contraídas pela relação sexual).

Para aquele prostíbulo recorriam todas aquelas que, de uma forma ou outra, não se adaptassem à composição familiar com os ex-degredados e marujos que acompanhavam as primeiras Naus.

d)- Não poucos foram os patrícios portugueses que deviam à Corte ou à terceiros, algum tipo de tributo ou devolução de empréstimos. Estes, 'caloteiros, vendilhões ou mascates', também recebiam indulto quando optassem por embarcar para o Novo Mundo.

Ao chegar no Brasil, estes 'mascates' em sua maioria, não mudaram seu perfil social e empreendedor. Em terras ultramarinas logo cedo trataram de barganhar com a Corte do Governador buscando espaços falaciosos e falastroso e, em meio à picaretagem política passaram a conquistar espaços, bem ao estilo da pirataria que já conheciam na Europa.

e)- Também a Corte Portuguesa dentro da Europa, sentia o peso dos "bajuladores do Rei", com inflacionado número de Condes, Viscondes, Duques, Arquedques e, outros 'arques', quando estes custavam à Coroa a volumosa cifra de pensão e provisão alimentar. Para estes, "preguiçosos e pelegos da Corte" foi proposto um incentivo do erário público para rumar ao Novo Mundo. Os que aceitassem a demissão (mesmo sem perder seus títulos e, até valendo-se da força deles) no Brasil se encaixavam como Escriturários, Cabildeiros-carteiros, Cartorários, Farmacêuticos, Ervateiros, Cavalições, Coureiros, Alferes, Barbeiros, Relojeiros, Armeiros, Curandeiros/médicos, Padeiros, Ferreiros e tantos outros "eiros". Em sua maioria, sem conhecer minimamente o que lhes impunha a profissão, (uma vez que, na Corte nada faziam), aqui simplesmente abriam seus negócios (com incentivo financeiro da Corte) e, da noite para outro dia passavam a atender, vender, curar, medicar, tratar, cortar cabelos, cuidar de cavalos, etc.

Em 1808, no auge da crise bélica da Europa (Expansão francesa de Napoleão Bonaparte), de forma covarde, temerosa e pouco justificável, veio para o Brasil a Corte Portuguesa do "guloso, empanturado e vinhateiro" Dom João VI. A presença no Brasil desta falastrosa Família Real Portuguesa continuou pífia, em termos de valores e construção pética. Apesar de algumas contribuições de ordem internacional, estrutural e cultural, a presença de Dom João VI em quase nada contribuiu, ao manter o "*status quo*" da sociedade escravista, mascateira, picareta e falastrosa confirmando e mantendo o perfil do homem Curupira brasileiro. A pouca contribuição em termos de valores, resultou em curto espaço de tempo que a Família Real pode permanecer no Brasil, quando a cada ano crescia o apoio que exigia mudanças e, mandar a Família Real de volta foi a grande alternativa.

Com a partida da Família Real Portuguesa (1821) e, na compensação da entrega pacífica do poder, restou ao filho Pedro "mulherengo, festeiro e falastrão" (*A verdadeira História de Dom Pedro I, agora passa a ser contada com mais clareza, quando dentre seus herdeiros há mulatos, fruto da relação com escravas verificado no seriado novela da Rede Globo - "Filhos da Terra" - em cartaz*).

O cargo de Príncipe Regente da velha Colônia de Portugal. Neste caso, o Brasil só não voltou à estaca zero porque muito progresso de ordem política e material havia ocorrido durante o período da presença da Corte no Brasil. Em termos de valores, quem mantinha acesa a chama da ética foram os movimentos religiosos dos laboriosos padres Jesuítas e, algumas poucas famílias convertidas da velha pelegagem e degradação humana, para o cristianismo pregado por estes laboriosos padres que para cá vinham catequizar, principalmente os índios.

O Brasil seguia administrado por Dom Pedro II (1831-1889), quando, alguns anos depois, (03/09/1759) em Portugal, D. José I - orientado pelo Marquês de Pombal, expulsou os Jesuítas da metrópole e de todas as colônias portuguesas - incluindo-se o Brasil. A expulsão dos únicos que propunham a formação escolar, a catequese do povo e, acima de tudo, exigiam postura ética dos homens portugueses, quando estes viviam aberta e declarada a promiscuidade conjugal, inspirados na atitude do Rei D. José I e de seus antecessores que, também levavam uma vida abertamente promiscua e desregrada dentro do espaço real.

Em 03 de setembro de 1758, a carruagem do rei foi alvejada quando esse voltava da casa de sua amante, a esposa do Marquês de Távora. O monarca foi ferido e a rainha assumiu como regente, (www.wikipédia.pt.org/wiki/expulsãodosjesuítas-de-portugal).

A intromissão dos Jesuítas, (durante 200 anos) propondo vida ética e regrada, aos homens português e, também aos homens aqui no Brasil, deve ser considerado o grande motivo pela aversão que esses religiosos sofreram. Os livros de história registram apenas a causa da expulsão atribuída aos padres que empreendiam fazendas de bois para sustentar as Missões, interpretado pelos juristas portugueses como concorrência à corte, (*os Jesuítas conquistaram algumas fazendas de gado, nos Estados do Piauí, Pernambuco e Bahia (1680/1739)*).

O maior entrave e conflito se deu entre Jesuítas e autoridades portuguesas pelo renitente apelo por moralidade e ética em sermões proferidos em cada domingo, em cada igreja, à pedido do Papa Clemente XIV. Outro fator que proporcionou aos Jesuítas a clausura, com prisão em masmorras quando acusaram os Jesuítas de aplicação da Santa inquisição brasileira para perseguir, bruxos, homossexuais, feiticeiros, etc. Acima de tudo, os Senhores de Engenho não suportavam o apelo dos Jesuítas para dar liberdade aos escravos negros e índios, fator que depunha contra o interesse da Coroa, quando seria inconcebível os padre libertarem a mão de obra nos pequenos feudos e, canaviais brasileiros.

Hoje, a história comparativa vem demonstrar que, a prisão, expulsão e posterior perseguição aos Jesuítas, resultou em consequências desastrosas para o Brasil. Ocorreu o total aniquilamento das únicas vozes que invocavam valores sociais. Isso resultou em prejuízos de ordem moral, cultural e, acima de tudo intelectual. Logo, a promiscuidade nas famílias, a libidinagem e, a falta de princípios éticos, tanto na vida particular quanto social, também proporcionou a manutenção do '*status quo*' do homem Coronel com suas inúmeras amantes, sem que fosse possível o apelo de sua legítima esposa. A permissividade do bordel, da "casa das primas" ou das 'luzes da ribalta' voltou a receber incentivos e, até financiamento do Banco do Brasil para reformas, ampliação e, contratação de espetáculos propostos em dias de colheita do café, em dias de boa safra da cana, etc.

Toda essa vida sem compromisso familiar (aos moldes da primitiva união entre prostitutas e degredados), acontecia bem debaixo do nariz de clérigos (não Jesuítas) quando estes já não podiam mais exigir a postura moral dos Coronéis, quando a permissividade passou a resultar na falta de moral jurídica para impor um bom "estado de ordem", ou favorecendo a não prender quem tivesse um padrinho ou advogado, bem ao exemplo do que ainda vem ocorrendo na cultura brasileira de hoje.

3.-Metodologia.

A metodologia adotada para o alcance de dados e, conseqüente aporte conclusivo, pautou-se nas propostas do pesquisador Roberto Hernandez Sampieri (2006), quando destaca a 'pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa', ou aporte com dois modelos.

Em termos qualitativos, propomos o aporte da "análise qualitativa do conteúdo histórico" que retrata a cultura brasileira e, nela contextualizado a questão da corrupção. Conforme propõem Sampieri (2006, p. 396) sobre o conteúdo do discurso de líderes ou políticos, sociais, militares ou religiosos é material suscetível de ser coletado e analisado (análise qualitativa de conteúdos), assim como os anúncios em meios de comunicação de massa, documentos escritos [...] Qualquer tipo de comunicação é material útil para a análise qualitativa.

Assim, Justificamos o aporte da investigação de campo sobre o que propomos fundamentar, à luz da problemática central, quando antes de tudo, convinha saber quais fatores subliminares vem fundamentar a cultura e, a concepção do Homem Brasileiro, em sua postura que carrega a "Ideologia Curupira" com cenário nada alentador, se comparado ao que vem prescrito nos axiomas da Ética perene. Este vem representar o grande contexto que deve servir de análise qualitativa.

Para a pesquisa de campo, propriamente dita, optamos pelo modelo quantitativo de aporte de dados, com o uso de tabelas, demonstrando o resultado de 'perguntas fechadas e estruturadas', junto à 60 (sessenta) educadores da rede estadual de ensino - das séries de nível médio, no norte do Estado de Mato Grosso, de cujo dados, coletados no segundo semestre de 2017. O tipo de aporte de dados se deu

primeiramente pela "análise documental dos conteúdos" proposto no Marco Teórico deste Artigo. Para tanto o alcance se deu pela "Análise documental" e consequente discussão de resultados à luz do título em questão. O aporte de dados quantificáveis, coletados junto aos educadores públicos, se deu de forma "Descritiva", conforme Sampieri (*op. cit.*, p. 100).

4.-Discussão dos Resultados.

Finalmente a "Análise de Dados", com a devida discussão de resultados, com perfil e aporte "corelacional", a partir da comparação entre o que está proposto no 'Marco Teórico' para com aquilo que foi levantado com o uso de questionários, junto aos educadores de Escolas públicas, do ensino médio de Mato Grosso.

Tabela 01: Sobre a corrupção do brasileiro (a)

| 1- Pergunta: As maiores causas pelas quais a Corrupção demonstrada pelo homem brasileiro, indicam? | Informantes | % |
|--|-------------|---------|
| a)- Herança cultural vinda de Portugal, desde a ocupação? | 16 | 26,67 % |
| b)- Missegenação do brasileiro, com brancos, negros e índios, com a falta de valores antigos? | 38 | 63,33 % |
| c)- Falta de influência da Ética Protestante 'weberiana' - praticada nos países escandinavos e Alemanha | 2 | 3,33% |
| d)- Falta de retomada de antigos valores que já haviam sido propostos pelos Jesuítas - expulsos em 1749? | 4 | 6,67% |
| TOTAL DE INFORMANTES | 60 | 100% |

Fonte: A própria pesquisa.

Resultados alcançados nesta Tabela 1, apontam para a necessidade de verificar, "quais as causas mais indicadas para considerar o homem brasileiro um sujeito com elevada tendência à corrupção?". Ou seja: antes de falar das evidências e motivos pelos quais há expressiva postura corrupta nos brasileiros, convém destacar motivos que podem ser considerados exógenos à sua condição imoral.

Importante observar que, mais da metade dos educadores informantes, ou 63,33% apontaram para "A missegenação do brasileiro, com brancos, negros e índios, com a falta de valores antigos?". Neste caso, é comum entre os professores acreditarem que os 'portugueses aventureiros, mesclados à condição dos indígenas brasileiros, com sua cultura sociopatriarcal do extrativismo da natureza, mais a cultura tribal com linguagem e prática primitiva e mística dos africanos, deu no que deu. Ou seja, um caldo de cultura que não possuía, se quer, de uma única vertente, a suficiente postura de valores que poderia ser influente sobre as demais. A evolução da história humana não garante essa concepção de recrudescimento de valores quando uma determinada cultura se funde. Nem tão pouco isto deve ser posto como motivo primordial em desconforto à postura de falta de Ética.

Para 26,67% (ou 1/4) de informantes, acreditam que a frágil ética praticada pelo homem brasileiro e, conseqüente corrupção tem sua origem na ontologia cultural do Português que veio para o Brasil, ocupar este espaço, de forma permissiva, licenciosa e, pouco preocupado em constituir colonização à exemplo das famílias moravianas que chegaram à região da América do Norte para constituir colônia baseada em princípios familiares e cristãos. Este grupo de informantes parece estar apontando um fator muito importante na ontologia da corrupção, quando o domínio cultural dos colonizadores sempre tem em sua postura aquilo que precisa ser aprendido e praticado dentro do espaço colonizado. Logo, a influência vindo da velha cultura "patrimonialista portuguesa", porém o que mais impressiona é conceber que a ética vem sendo melhor demarcada com axiomas a partir das concepções do Protestantismo ético weberiano, no universo escandinavo/alemão (acima referido) e, para esta visão e concepção, apenas 2 (dois) informantes souberam dar sentido.

Se comparados os 3,33% de informantes que apontaram a melhor concepção global sobre valores na sociedade, àqueles que acreditam que os Jesuítas europeus 'apregoavam valores nas igrejas e sermões, mas foram expulsos em 1749", temos um sofrível índice somado que não passa de 10,00% das informações apontadas por educadores de nível médio.

Aqui resta um quadro bastante preciso, sobre a leitura que o brasileiro faz em sua condição de preocupado para encontrar soluções para a Corrupção, quando apenas 1, em cada 10 brasileiros tem algum norte para saber que deveria ter sido proposto e praticado. Neste caso, em discussão, ao considerarmos a "Ética weberiana", associada àquilo que propunham os Jesuítas (expulsos do Brasil por exigir postura ética), deixa a perspectiva brasileira sem esperanças, senão quase impossível, quando a cultura moraviana em quase nada influenciou sobre a América Latina e, tão pouco houve esclarecimento de motivos pelos quais foram expulsos os Jesuítas do Brasil, conforme apontamos anteriormente.

Tabela 2: O perfil do ser corrupto

| 2- Pergunta: Se considerados os perfis pelos quais o brasileiro tem demonstrado sua Corrupção, podemos considerar: | Informantes | % |
|--|-------------|--------|
| a)- Pelo Jeitinho brasileiro de levar vantagem em tudo | 18 | 30,00% |
| b)- Por desconhecer Ética e adotar moral positiva e permissiva | 6 | 10,00% |
| c)- Pela sensação de que, 'no Brasil o crime compensa' | 14 | 23,33% |
| d)- Porque a corrupção é algo inerente à cultura brasileira | 22 | 36,67% |
| TOTAL DE INFORMANTES | 60 | 100% |

Fonte: A própria pesquisa.

Para a melhor compreensão sobre os motivos que levam o brasileiro à Corrupção, entendemos oportuno "apontar perfis pelos quais o brasileiro entende ser motivo pela corrupção". Na Tabela 2 verificamos que, 36,67% acreditam que: "A corrupção está

inerente à cultura brasileira". Claro que são os educadores os informantes que acreditam ser a cultura do brasileiro a grande motriz de postura sublevada no dia-a-dia da sociedade.

Outros 30,00% acreditam que: "o Jeitinho brasileiro de levar vantagem em tudo" vem traduzir-se no grande motivo pelo qual a sociedade como um todo vive a legitimar a corrupção. Se considerado que o jeitinho carrega inerente um conceito da permissividade, da licenciosidade e, isso, associado à questão do extrativismo (onde pouco teve que ser investido), vem, de fato, resumir-se no patrimonialismo brasileiro, com seu vigor que vem desde a chegada dos portugueses.

Neste viés de "inerência" ou Fenótipo cultural corrupto, quando propomos fundir os dois maiores quadros de informação, num total de 66,67% das informações que apontam ser o povo brasileiro a raça que não se envergonha da corrupção, que não se recente pelo desvio de verbas públicas e, pouco tem a reclamar de sua autoridade que está posto como representante direto do povo, eleita, legal e oficialmente pelo voto direto. Ou seja: "O governo que o povo quer e, merece!".

Ao apontar quase 2/3 de motivos que envolvem a permissividade e licenciosidade, logo, podemos admitir com segurança que: 'estes educadores não estão errados em sua visão e profissão pedagógica'. Porém, o que deve ser levado em consideração não é apenas um fator de ordem pedagógica, quando na verdade deveria haver mais influência cultural (vindo de fora do Brasil) conforme já apontamos no quadro 1, com admissão de fundamentos que foram adotados para a evolução ética de outros povos e, isso não ocorre por autoconsciência, é fundamento que vem proposto de fora.

Tabela 3: A escolha entre o bem e o mal

| 3- Pergunta: Se porventura o brasileiro pudesse escolher entre a antinomia ética do bem e do mal, ele terá dúvidas, porque: | Informantes | % |
|--|-------------|--------------|
| a)- Não aprendeu a demarcar valores propostos pela Filosofia do Estoicismo tomista-cristão? | 3 | 5,00% |
| b)- Em sua concepção de usura da natureza e, licenciosidade o brasileiro não vê necessidade da observar valores, quando busca pautar-se pelo senso comum | 5 | 8,33% |
| c)- Não há significativa formação de valores perenes nas escolas públicas do Brasil, do tipo: honestidade, verdade e altruísmo de valores coletivos | 28 | 46,67% |
| d)- O brasileiro, em seu sentimento assistencialista, com moral patrimonialista acredita que a propina não é algo errado, quando já admitindo ganhar gorjetas, favores e comissões | 24 | 40,00% |
| TOTAL DE INFORMANTES | 60 | 100,% |

Fonte: A própria pesquisa.

Para a terceira alternativa, quando propomos compreender se "*evidencia dúvidas no brasileiro ao demarcar a antinomia entre o bem e o mal?*", verificamos que este quadro aponta para a falta de "significativa formação em valores em espaços de formação escolar". Para tanto, 46,67% dos informantes tem apontado o espaço da escola como o grande diferencial para a saída social pela falta de substanciais valores axiomáticos.

Na antinomia que se estabelece entre valores e "desvalores", um dos grandes motivos que chama a atenção são os 40% de informantes que acreditam que o brasileiro já amou ou acomodou a questão da corrupção, quando a propina é algo legitimado no momento de fornecer a velha gorjeta, o suborno, o atravessar de processos de encaminhamento, o suborno para se dar bem em tudo e, não ter que cumprir com aquilo que está posto.

Se observado os 5,00% de informantes que entende que: "o brasileiro não aprendeu a demarcar valores propostos pelo estoicismo e cristianismo", verificamos que este índice também aparece no 'quadro 1', quando 3,33% (apenas) acreditavam que a falta da "Ética weberiana" é motivo pela subversão ética e do elevado índice de corrupção do brasileiro.

Temos ainda a confirmação em 8,33% dos informantes quando apontam que "[...] a usura e a licenciosidade do brasileiro não lhe permite ver a necessidade de estipulados axiomáticos que possa afastar sua prática corrupta". Seguro que um povo que não vê nos axiomas de valores sua forma de conduta e prática social, está fadado a tornar-se um povo com estereótipos pouco alentadores quando os parâmetros são postos com base na subversiva postura do patrimonialismo e, não na postura ética weberiana.

Tabela 4: Brasil e a corrupção do passado e do presente

| 1- Pergunta: A corrupção no Brasil ocorre desde o passado, mas, somente a partir de 1985 recebeu maior atenção pela Justiça brasileira, com penalidades à corruptos. Portanto a sensação de que a Corrupção está maior agora. Porquê? | Informantes | % |
|--|-------------|-------------|
| a)- Antes o Governo abafava os escândalos e, propunha acordo de bastidores, empurrando os escândalos para debaixo do tapete | 26 | 43,34% |
| b)- Hoje a globalização propõem modelos de controle para deflagrar a corrupção como algo hediondo | 14 | 23,33% |
| c)- O Ministério Público e Polícia Federal evoluíram e coíbem mais esse tipo de prática social, considerado um mal social | 6 | 10,00% |
| d)- Não acredito que o brasileiro tenha sido tão corrupto no passado. Hoje parece que todos são mais corruptos. | 14 | 23,33% |
| TOTAL DE INFORMANTES | 60 | 100% |

Fonte: A própria pesquisa.

Em quarto momento propomos entender como se dá a "sensação de que a corrupção está mais evidente agora, se comparado ao passado", tem fornecido dados que deixam outra evidência muito forte, quando 43,34% acreditam no 'aumento da corrupção em dias atuais', quando apontaram que: "Antes o Governo abafava os escândalos e, propunha acordo de bastidores, empurrando os escândalos para debaixo do tapete". Neste caso, evidencia um certo grau de incompreensão dos educadores e, ao mesmo tempo vem confirmar que entre os informantes há profundo desconhecimento das causas pelas quais ontologicamente o Brasil herdou de Portugal sua condição de país corrupto.

Também 23,33% acreditam que a globalização tem proposto mecanismos de evidência da corrupção e, isso vem ao encontro do índice anterior, uma vez que - nem é recente o quadro de corrupção no Brasil e, também não necessariamente seja tributo da globalização esse flagelo social. Portanto, verificamos que os educadores tem pouca concepção ôntica e histórica que estão mais próximos da herança portuguesa do "Patrimonialismo" que legitima o extrativismo, a permissividade e a licenciosidade, do que propriamente um fator hodierno que passou a evidenciar maior corrupção.

Podemos confirmar que 66,67% dos informantes desconhecem as causas pelas quais a corrupção brasileira vem desenhada aos olhos da sociedade. Neste caso, evidencia a falta de conhecimento e, isso se confirma em 90,00% daqueles que não sabem dar origem à causa corruptora. Ou seja: apenas 10,00% dos informantes admitem que um novo paradigma anticorrupção possa residir no aporte da concepção weberiana de ética, associado àquilo que os Jesuítas pregavam antes de serem expulsos do Brasil (1749).

Aos 66,667% de informantes cabem mais aqueles que apontaram: "não acreditar que o brasileiro tenha sido tão corrupto no passado [...]", quando o total dos que desconhecem a origem e causas da Corrupção brasileira, chega à 90,00% dos informantes.

Na antinomia dos 10,00% que indicaram alternativas - comprobatórias de causa/efeito - corrupto/ético, temos o fechamento da mais pura conclusão de que: "Apenas 10% de brasileiros tem alguma visão sobre as causas e a origem da Corrupção no Brasil. Neste caso, 90% não souberam apontar com clareza, permitindo-se apontamento de subterfúgios que não garantem o que está posto. Aqui também; 01 entre 10 brasileiros está apto á conceber e admitir que a Corrupção é fruto do velho patrimonialismo português e, que pode até estar associado à condição de missegenação, mas é crime que se legitima na Filogênese do brasileiro que pouco estuda, pouco compreende e, pouco sabe discutir á respeito da ontogênese de seu estado social e político, corrupto.

Tabela 5: Formula para combater a corrupção do brasileiro

| 5- Pergunta: Se houvesse uma fórmula plena e eficaz para combater a corrupção do brasileiro, em termos de formação | Informantes | % |
|--|-------------|---|
|--|-------------|---|

| | | |
|--|----|--------|
| de sua personalidade, isso deveria ocorrer: | | |
| a)- Pela discussão e formação de valores nas escolas | 25 | 41,67% |
| b)- Pela contribuição da igreja, com ensino de valores da Filosofia tomista-cristã em catequeses | 7 | 11,67% |
| c)- Pelas campanhas de clubes de serviço e de assistência, a pedido a ajuda do Governo Federal (MEC) | 10 | 16,66% |
| d)- Em campanhas propostas pelo Ministério Público Federal e Estadual, com auxílio do Judiciário | 18 | 30,00% |
| TOTAL DE INFORMANTES | 60 | 100% |

Fonte: A própria pesquisa.

Finalmente a pesquisa de campo converge para saber se os informantes concebem " uma fórmula plena e eficaz para combater a corrupção do brasileiro, em termos de formação de sua personalidade [...]". Para 41,67% dos informantes, caberia ao espaço da formação de crianças - ou "à escola do ensino fundamental, o compromisso de mudar a concepção permissiva do e pouco ética do brasileiro. Outros 30,00% acreditam que deveria haver "campanhas promovidas pelo Ministério Público, tanto em nível Federal quanto Estadual". Esse perfil denota que, os professores informantes trazem a leitura do cidadão comum, que vê na cultura brasileira, apenas os órgãos que mantêm a estrita missão de aplicar a justiça como 'baluartes da nova concepção anticorrupção', a ser proposta para o povo brasileiro.

Ainda outros 16,66% acreditam que melhor fossem os "clubes de serviço, com apoio do Ministério da Educação" a encarregarem-se de campanhas de formação (reformulação) da concepção brasileira sobre valores morais e éticos. Neste caso, se somados os resultados que informaram ser o Ministério Público e, as Escolas os grandes baluartes para ensinar ética, com a finalidade de construir valores na cultura do brasileiro, logo, temos 71,67% de informantes, ou seja, 3/4 dos informantes elegeram estas duas instituições para dar sentido à formação ética do brasileiro.

Se observados os dados que apontam eventuais "*instituições religiosas para o ensino de valores*", verificamos que o percentual dos que admitem tais segmentos de formação de valores dentro do espaço brasileiro, não passa de 11,67%; isso porque, presumível, informantes com elevado grau de esclarecimento social e profissional. Aqui novamente os dados persistem na margem de 10% dos cidadão brasileiros admitem que, as instituições religiosas, a exemplo do que vem ocorrendo, ainda hoje, no mundo anglicano, moraviano e alemão, as que chamam para si a responsabilidade catequética de formar o cidadão europeu e, norte americano. Em segundo lugar vem as Escolas públicas desses países.

Se considerado o espaço religioso, o grande idealizador pela formação do humanismo ético-cristão, também nesse viés podemos considerar que os países asiáticos, onde o índice de corrupção é baixíssimo, só é possível, porque a cultura védica/confuciana tem se mostrado em forma de religiosidade que repousa no velho sânscrito babilônico e, chega à atualidade, proposta por Gurus, rabinos, monges,

médiuns, profetas, etc. e, isso mais uma vez vem comprovar que, também aquelas culturas asiáticas encontram no espaço religioso e metafísico sua melhor forma de construção de um cidadão ético.

5.-Conclusão.

Com base nos dados de campo, em relação às informações teóricas, podemos concluir que no Brasil não há histórico anterior à nova atitude do Ministério Público (início em 1985), que combatesse a Corrupção. Porém, o único movimento moralizador, nessa direção, desde há séculos buscava combater a corrupção, a partir de sermões e pequenos bilhetes; esse movimento se deu pelos Padres Jesuítas (expulsos em 1749). De lá para cá, não houve mais voz alguma que bradasse ou se opusesse à "Ideologia curupira" que se impôs ao povo brasileiro, quando desde sempre os Barões da cana de açúcar, do café, das fazendas de bois e, ou políticos corolários (que beijavam a mão daqueles), não houve mais empenho por moralização.

Hoje, com a falta de claras concepções sobre o porquê da corrupção do homem brasileiro, deflagra a triste realidade de um povo que mal sabe classificar um ato corrupto em si. Um povo que onde, em torno de 90% nem concebem que os valores jesuíticos (perseguidos pelos Barões e Marqueses) e, os valores dos moravianos, anglicanos e alemães foram construídos sobre a Ética cristocêntrica. Nesta falta de clara visão tomista-cristã (hoje presente nos professores do ensino médio), como mecanismo de fomento para a retomada de valores, vem traduzir-se num pensamento social que busca demarcar a velha concepção patrimonialista português mas não consegue conceber a fórmula para sair desse flagelo desvirtuado.

Em conclusão aos dados de campo, talvez o mais apropriado esteja na consideração de que - "a falta de conhecimento dos professores brasileiros seja o grande fetiche pelo qual o Brasil não consegue sair da caverna moral. Assim fica concebível quando os informantes mal se remendam na concepção sobre o que seja corrupção, quando deveriam estar além, ao admitir mecanismos de formação do brasileiro para combater a corrupção a médio prazo". Podemos afirmar com segurança que, a pesquisa procurou compreender o modo como o brasileiro concebe sua corrupção e, o que está sendo proposto para enfrentá-la? Neste caso, percebemos que, no problema da corrupção (especificamente na política) é o espaço que mais deflagra o dolo e, a subversão quando envolve dinheiro público (propinas) em grande monta.

Nada obstante a corrupção do brasileiro se mostra presente em todos os segmentos, envolvendo, inclusive espaços religiosos, onde jamais poderia ser admitida tal subversão. Daí explicável, por que motivo apenas 10,00% dos informantes acreditam ser a Igreja uma instituição que possa ensinar ética e, valores perenes. Neste caso, evidência o Fenótipo cultural do brasileiro, representado nos informantes que não concebem algo fora dos parâmetros da 'educação do homem brasileiro', para a mudança de paradigma na antinomia ética/corrupção.

Podemos concluir, então que, as conclusões apresentadas na Tabela 1 vem demonstrar dados que deixam claro que, 9/10 dos informantes acreditam que a subversão de valores herdados dos portugueses é o grande flagelo, dada a pouca ética vista na relação dos brasileiros. Estes dados, confrontados com a Tabela 2, verificamos que, "a passividade a acomodação da corrupção pelo povo brasileiro", passa a ser o grande problema pelo qual há dificuldade relacional e, didática para a solução da antinomia moral subversiva.

Na Tabela 3, onde evidencia o motivo pelo qual o brasileiro deflagra sua corrupção, verificamos que, não evidencia antinomia e, portanto, a acomodação nas bases críticas sobre 'normalização do ato corrupto', vem refletir a falta de condições críticas e, da concepção de valores do brasileiro. Neste caso, as Tabelas 2 e 3 se complementam ao denunciar que a "Ética de valores metafísicos e tomista-cristã, proposta pela Filosofia do Estoicismo, pouco tem espaço no cenário brasileiro". Finalizamos concluindo que: "O homem brasileiro, por adotar sua Ideologia Curupira (com os pés virados para trás), em termos de Moral prática está posto entre o povo mais corrupto em crescimento". Tudo por falta de claros parâmetros sobre Ética, quando de modo geral, o homem brasileiro tem-se mostrado um Aristocrata com sua ontogênese ligada ao Patrimonialismo português, adotando postura da licenciosidade, da permissividade, com a falta de claras convicções aristocráticas, em todos os segmentos sociais, inclusive na Justiça (que se agiganta na missão de moralizar) a, falta de ética pública.

Assim, o espaço e empenho social do brasileiro, parece existir e manter-se na 'cordabamba', com ações sociais do "enxugar gelo" vez que o homem político brasileiro carrega no sangue a "não solução" para seus projetos quando as medidas políticas não logram grandes mudanças. Nem tão cedo haverá melhorias no quadro de IDH social, quando não haverá grande alteração, em curto ou médio prazo, dado o quadro amorfo entre Juizes, políticos, empresários e, até mesmo religiosos que buscam criar bancadas, para construir igrejas - não com ofertas do povo, mas com desvio de verbas públicas. Neste cenário, perante a clara falta da concepção de valores perenes, não há perspectivas didáticas para o ensino escolar de valores, em espaços da escola. Assim, a tendência mais evidente é que, sociedade como um todo manterá seu '*status quo*', sem alterações na postura patrimonialista de cada filho desta pátria, que se manterá na "Ideologia Curupira no ato corrupto e corruptor de seu fazer político e social".

6.-Referências.

- Bonfim, M. (2002). *A América Latina*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II.
- Faoro, R. (2000). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo.
- Filgueiras, F. (2006). A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. *Cadernos Cedes, IUPERJ*, nº 5.
- Filgueiras, F. (2009^a). *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

- Hollanda, S. B. e de. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sampieri, R. H. (Org). (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGrawHil.
- Vianna, L. W. (1999). "Weber e a interpretação do Brasil". *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 53.
- Weber, M.(1998). *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.